



Processo: 20828/2022

Recorrente: Dedetec Serviços de Imunização Ltda.

Recorrida: Senhor dos Cupins Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 122 de 2021 - Processo Licitatório n. 6964/2020

Ao Ilmo. Sr. Dr. Procurador;

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 122 de 2021 - Processo Licitatório n. 6964/2020, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa especializada em serviços de dedetização para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 (doze) meses.

Inicialmente, é importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 17 de agosto de 2022.

Em suma, a empresa alega em sua peça recursal (fls. 04/05) que foi inabilitada pela Comissão sob o argumento de que o lance deveria ser pelo valor global e o valor ficou acima da terceira colocada, porém, o edital apresentava o item 12.7 e os itens 9.2 e 9.2.1 que mencionava lance pelo menor valor unitário.

Afirma que ao desclassificar a recorrente, habilitou a terceira colocada onde deixou de apresentar documento de habilitação e inabilitou a primeira colocada sem ao menos oportunizar a negociação para que pudesse oferecer proposta mais vantajosa, deixando de atender o art. 38 do Decreto 10024/2019 e afrontando o art. 41 da Lei n. 8.666/93.

Afirma, ainda, ser indevida a habilitação da empresa recorrida, por desatendimento do item 19.6 do edital (Autorização de Funcionamento).

Por fim, requer o retorno do pregão com nova convocação da recorrente e inabilitação da recorrida.

A recorrida apresentou suas contrarrazões às fls. 06/07, afirmando que a recorrente deixou de observar que valor unitário se refere ao período total de 12 (doze) meses, não havendo falar em divergência entre o item 9.2.1 e o item 11.5, pois ambos se referem a um único item pelo período de 12 (doze) meses, sendo valor unitário e global, bem como em relação ao item 12.7, que "*se refere ao valor ofertado dos lances, sendo considerado o menor preço unitário por item*", uma vez que tem-se um único item em disputa, logo, "*as propostas e os lances devem ser unitário e global*".

Por fim, afirma que o edital foi alterado para excluir a exigência da AFE, requerendo, ao final, a improcedência do recurso.

A Comissão de Pregão III, em manifestação de fls. 08, limitou-se a encaminhar os autos à Procuradoria-Geral para pronunciamento de ordem jurídica.

É o relatório.

Preliminarmente, vale alertar que cabe ao Pregoeiro responder os recursos, na forma do art. 109, §4º da Lei 8.666/93:

A.



§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:

[...]

IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.”

Como se pode ver, **cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.**

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria de Saúde, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 24.8 do edital assim dispõe:

“Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde, que decidirá de forma fundamentada, após manifestação motivada do Pregoeiro.”.

Portanto, cabe ao Pregoeiro se manifestar de forma motivada acerca do recurso, após o que Secretaria Requisitante decide o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão.

Ademais, cabe ao Pregoeiro o julgamento das propostas e documentos de habilitação. O art. 51 da Lei de Licitações e Contratos define as atribuições das comissões de licitação, sejam elas permanentes ou especiais, da seguinte forma:



Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.

§ 1º No caso de convite, a Comissão de licitação, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em face da exigüidade de pessoal disponível, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.

§ 2º A Comissão para julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, será integrada por profissionais legalmente habilitados no caso de obras, serviços ou aquisição de equipamentos.

§ 3º Os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.

§ 4º A investidura dos membros das Comissões permanentes não excederá a 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.

§ 5º No caso de concurso, o julgamento será feito por uma comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não.

Convém reproduzir as lições de Jair Eduardo Santana¹, que explica o papel do pregoeiro e suas responsabilidades:

"Os papéis do pregoeiro e da autoridade superior estão bem delineados na Lei nº 10.520/02. Mencionada legislação define os papéis de um ou de outro ator, inexistindo dúvida, por exemplo, que as atribuições relativas à realização do certame, à necessidade do objeto e à própria homologação sejam da autoridade superior. Por outro lado é também inconteste que a condução da sessão de pregão, a decisão quanto à habilitação e o acolhimento de recursos, por exemplo, sejam atribuições do pregoeiro".

Portanto, conclui-se que incumbe ao Pregoeiro decidir sobre o julgamento das propostas e habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame, na forma disposta nos arts. 27 a 31 e 43 da Lei n. 8.666/1993.

No caso em exame, a Comissão de Pregão não se manifestou motivadamente acerca do recurso, sendo que, conforme exaustivamente narrado, é de sua competência a análise do julgamento das propostas das licitantes.

Tampouco suscitou qualquer dúvida jurídica a ser esclarecida por esta Procuradoria-Geral.

¹ SANTANA, Jair Eduardo. Pregão Presencial e Eletrônico: manual de implantação, operacionalização e controle. 2. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pp. 131 a 183.



Com efeito, salvo melhor juízo, há divergência entre o subitem 11.5, que dispõe que como critério de julgamento das propostas será adotado o de menor preço global e o subitem 12.7, que dispõe que para fins de apresentação dos lances durante a sessão pública da licitação, o valor a ser considerado é o de menor preço unitário por item, o que deve ser avaliado pela Comissão de Pregão, em obediência aos arts. 44 e 45 da Lei n. 8.666/93, tendo em vista que na sessão de julgamento 2 empresas apresentaram propostas com lances pelo valor unitário e as demais apresentaram suas propostas com lance pelo valor global.

Quanto à alegação de que a recorrida não apresentou cópia da Autorização de Funcionamento - AFE, na forma do item 19.6 do edital, não assiste razão à recorrente, eis que o edital não previu tal exigência, tendo sido excluída após o acolhimento das impugnações apresentadas por meio dos Processos Administrativos n. 1973/2022 e 2134/2022 (apensos).

Pelo exposto, opina-se pelo retorno dos autos à Comissão de Pregão III para ciência e manifestação sobre o recurso (e/ou suscitar dúvida sobre qual questão jurídica pretende obter orientação), após o que deverá emitir sua decisão e, caso mantenha a sua decisão pela habilitação da recorrida e prosseguimento do certame, deverá encaminhar os autos à Secretaria de Saúde para ciência e decisão final.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo acolhê-lo ou rejeitá-lo liminarmente.

Nova Friburgo, 17 de agosto de 2022.

Layne de Andrade Alves
Assessora de Nível Superior II Jurídico II
Subprocuradoria de Processos Administrativos
Matr. 62.773


Paulo Figueiredo
PROCURADOR GERAL
MATR: 63010